

Mudanças na família, no mercado de trabalho e nos arranjos familiares

**LILIA MONTALI
DEZEMBRO DE 2014**

- Este ensaio tem por objetivo apresentar a evolução do trabalho feminino e as mudanças na relação família-trabalho a partir da década de 90, momento marcado por importantes transformações no mercado de trabalho no Brasil e que também registrou mudanças na inserção dos componentes familiares no mercado de trabalho.
- Tendo por referência por um lado, a conjuntura da economia e, por outro, as mudanças na configuração familiar, considera-se que as mudanças na relação família-trabalho respondem tanto a mudanças sociodemográficas, como a mudanças de valores relacionadas ao papel da mulher na sociedade brasileira.
- A abordagem da divisão sexual do trabalho, que define o lugar de homens e de mulheres no trabalho produtivo e na família, é a referência teórica deste ensaio.
- Analisam-se no período 1991-2010, com base nos dados dos censos demográficos (IBGE), as informações relativas ao Brasil, regiões metropolitanas e às áreas urbana e rural, tendo por hipótese que, embora devam apresentar tendências semelhantes, serão encontradas especificidades na evolução dos fenômenos estudados nos diferentes espaços.

Sumário

■ Introdução	3
■ 1. Mudanças na família e na população	3
■ 2. Homens e mulheres no mercado de trabalho e as mudanças nos arranjos familiares de inserção	7
■ 3. Considerações finais	16
■ Referências bibliográficas	17
■ Anexos	18



Introdução

Este ensaio tem por objetivo apresentar a evolução do trabalho feminino e as mudanças na relação família-trabalho a partir da década de 90, momento marcado por importantes transformações no mercado de trabalho no Brasil e que também registrou mudanças na inserção dos componentes familiares no mercado de trabalho.

Tendo por referência por um lado, a conjuntura da economia e, por outro, as mudanças na configuração familiar, considera-se que as mudanças na relação família-trabalho respondem tanto a mudanças sociodemográficas, como a mudanças de valores relacionadas ao papel da mulher na sociedade brasileira.

A abordagem da divisão sexual do trabalho, que define o lugar de homens e de mulheres no trabalho produtivo e na família, é a referência teórica deste ensaio.

Analisam-se no período 1991-2010, com base nos dados dos censos demográficos (IBGE), as informações relativas ao Brasil, regiões metropolitanas e às áreas urbana e rural, tendo por hipótese que, embora devam apresentar tendências semelhantes, serão encontradas, nesses diferentes espaços, especificidades na evolução dos fenômenos estudados.

No primeiro tópico são apresentadas as mudanças na configuração familiar, que resultam de um conjunto de fatores demográficos, dentre os quais se destacam a queda da fecundidade, o envelhecimento da população. Resultam também de mudanças nos padrões de residência, na postergação da idade de casar e na idade de ter filhos, que se associam às mudanças sociais.

No segundo item são tratadas as mudanças da inserção no mercado de trabalho, considerando-se o sexo e a posição na família e as tendências de mudança no arranjo de inserção familiar, considerando o tipo de arranjo domiciliar e o ciclo de vida familiar.

1. Mudanças na família e na população

Algumas tendências demográficas têm afetado a configuração das famílias brasileiras, merecendo destaque a queda da fecundidade e o envelhecimento da população.

Deve-se notar que a fecundidade, ou seja, o número médio de filhos por mulher cai acentuadamente a partir de 1960 até a atualidade no Brasil. De um patamar de 6,3 filhos tidos por mulher entre 1940 e 1960, passa para 5,5 em 1970 – que coincide com o primeiro momento de crescimento da entrada da mulher no mercado de trabalho –, para 4,4 em 1980, 2,9 em 1991, 2,4 em 2000 e 1,9 filhos em 2010 (Bilac, 2014). Este fenômeno, bem como o aumento da longevidade, transformou a estrutura etária do país. O grupo etário de 0 a 14 anos, que engloba as crianças e grande parte dos adolescentes, que representava mais que um terço da população em 1991 e se reduz para menos que um quarto dela em 2010. E as pessoas com 60 anos e mais que eram 8% da população em 1991, se tornam 11% em 2010. No contexto do envelhecimento da população, outro fato observado é o aumento da população em idade de trabalhar, que passa de 58% da população em 1991, para 65% em 2010 (Anexo 1).

A mudança na estrutura etária apresenta tendência semelhante e bastante acentuada nas diferentes espacialidades em análise, mas a população da área rural destaca-se com a maior proporção de crianças de 0 a 14 anos (45,5% em 1991 e 28,8% em 2010), enquanto nas áreas urbana e metropolitana essas proporções são de 33% e de 31% em 1991 e de 23,3% e 22,7% em 2010, respectivamente. Por outro lado, a população residente no rural apresenta a menor proporção de pessoas em idades entre 15 e 49 anos, que correspondem às idades de maior participação no mercado de trabalho.

Estes fenômenos demográficos afetam o tamanho e a configuração das famílias¹. A configura-

1. É importante explicitar que, neste estudo, as unidades domiciliares são assumidas como equivalentes a unidades familiares.



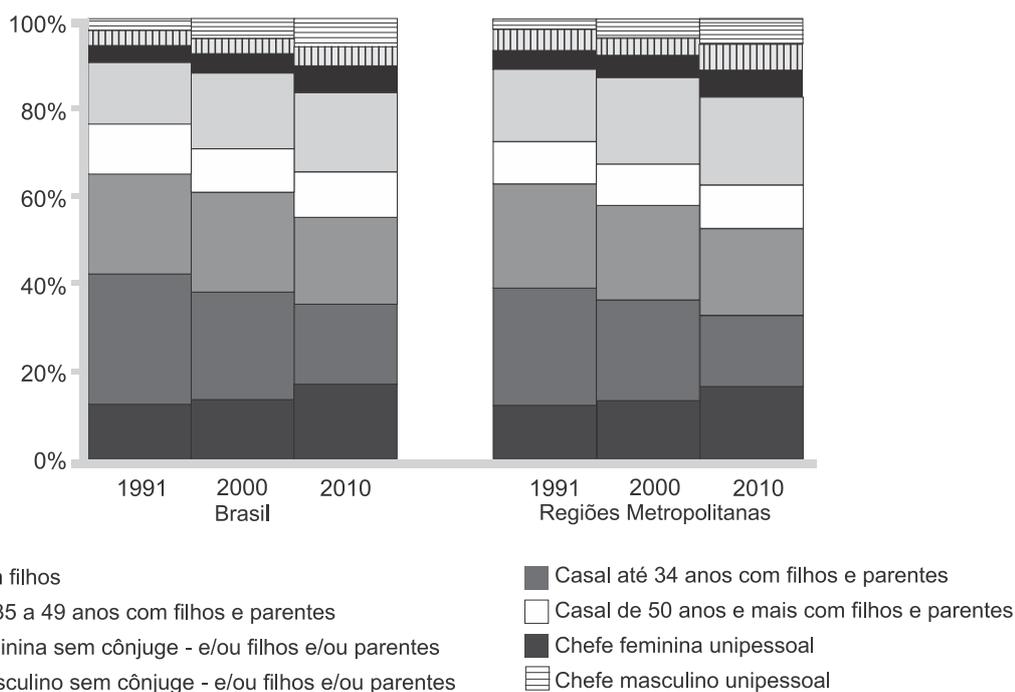
ção dos domicílios, como mencionado, é também afetada por outras mudanças sociais. Entre as mudanças observadas na configuração familiar entre os anos de 1991 e 2010, destaca-se a redução do tipo de organização familiar predominante constituído pelas famílias conjugais e, dentre estas, as de casais com filhos e o aumento de outras formas de organização. Aumenta a proporção de domicílios de famílias monoparentais, tanto chefiadas por mulheres como por homens e o crescimento dos domicílios unipessoais.

Essa tendência de mudança nas formas de organização dos domicílios observada no período é generalizada para as áreas metropolitanas brasileiras e para as áreas urbana e rural, porém com especificidades (Gráficos 1 e 2). Observa-se, em todo o período, a menor proporção de famílias de casais com filhos nas regiões metropolitanas brasileiras e a maior proporção nas áreas rurais; o mesmo ocorrendo com a proporção de arranjos constituídos por casais.

Como contraponto, nas áreas metropolitanas são encontradas as maiores proporções de domicílios chefiados por mulher, considerando-se tanto os domicílios monoparentais femininos, como os domicílios unipessoais. Mais um aspecto merece ser ressaltado: a proporção de domicílios de casais sem a presença de filhos cresce nestes vinte anos, mas de forma mais acentuada na última década e apresentou maior aumento na área rural (Anexo 2), resultado semelhante foi encontrado por Sakamoto, 2014.

A análise dos domicílios nucleados por casais com a presença de filhos, considerando o ciclo de vida familiar, mostra tendências distintas nas áreas analisadas. Tomando-se como aproximação as idades dos cônjuges, identificam-se as etapas do ciclo vital da família: etapa de constituição (arranjos nucleados pelo casal com idades de até 34 anos com filhos e/ou parentes); a etapa de consolidação do ciclo vital familiar (arranjos nu-

Gráfico 1

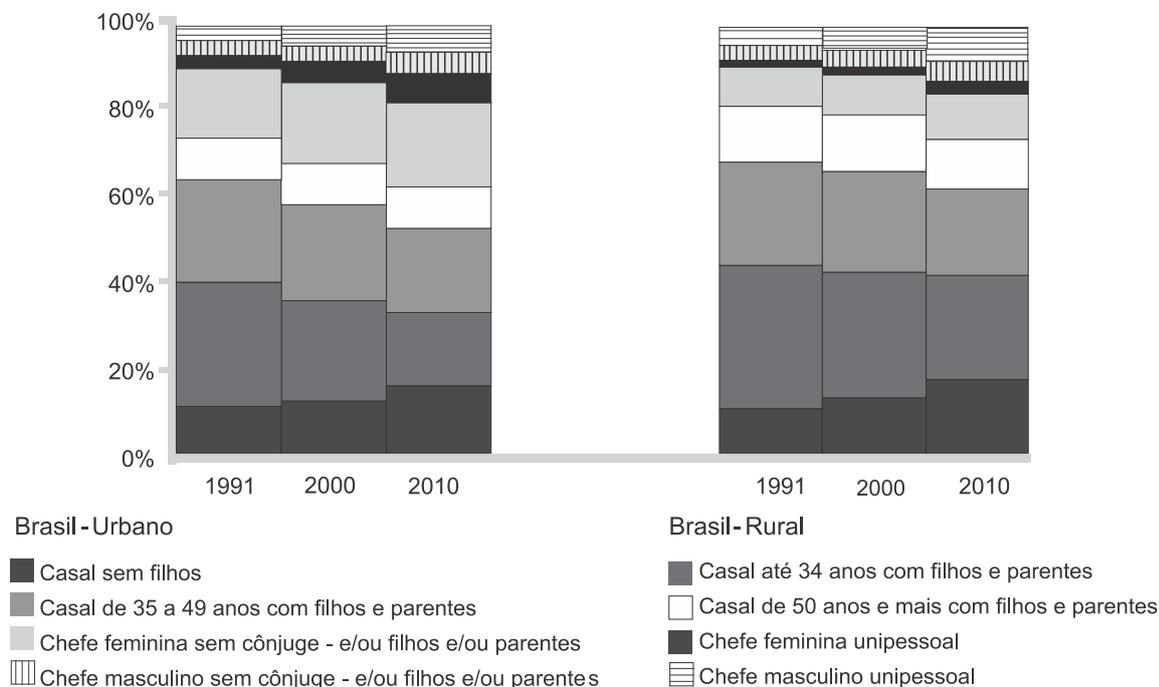
**Distribuição dos domicílios por tipologia de arranjo domiciliar – 1991, 2000 e 2010
Brasil e Regiões Metropolitanas**

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.
Elaboração: NEPP/UNICAMP.



Gráfico 2

Distribuição dos domicílios por tipologia de arranjo domiciliar – 1991, 2000 e 2010
Brasil – Urbano e Rural



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.
Elaboração: NEPP/UNICAMP.

cleados pelo casal com idades entre 35 e 49 anos, com filhos e/ou parentes); a etapa de envelhecimento (arranjos nucleados pelo casal com idades de 50 anos e mais com filhos e/ou parentes).

Como tendência geral, a análise dos arranjos nucleados por casal com filhos evidencia que, no ano de 1991, as maiores proporções estão nos arranjos nucleados por casais nas faixas etárias de até 34 anos e naquela entre 35 e 49 anos, que concentram maiores proporções de crianças e adolescentes. Merece destaque nos anos analisados, a tendência de acentuada redução que ocorre na proporção de famílias jovens de casais de até 34 anos com filhos e/ou parentes. No Brasil, estes arranjos domiciliares passam de cerca de 29% no ano de 1991, para cerca de 24% em 2000 e de 18% em 2010. Essa queda é observada também para as demais espacialidades analisadas, permanecendo mais elevada em todo

o período para as famílias da área rural, onde os arranjos domiciliares de casais jovens (de até 34 anos) com filhos passam de 32%, para 28,8% e para 23%, respectivamente aos anos mencionados. A hipótese para explicação da redução desse arranjo domiciliar relaciona este fato a dois fatores principais: a postergação da idade de ter filhos e, especialmente nos segmentos populacionais de maior escolaridade, a postergação da idade de casar e da saída da casa paterna, comportamentos que são observados no Brasil e também em outros países.

Os arranjos nucleados por casais com idades de 35 aos 49 anos, com filhos e/ou parentes também apresentam redução, porém mais gradual. Estes passam de 22,9% dos arranjos domiciliares do país em 1991, para 21,6% em 2000 e 18,5% em 2010. Os percentuais observados para as áreas rurais estão acima das médias apresentadas pelo país, embora menos discre-



Tabela 1

Número médio de pessoas dos domicílios por tipologia de arranjo domiciliar – 1991, 2000 e 2010
Brasil, Regiões Metropolitanas e Áreas Urbana e Rural

ANO / ÁREA	CASAIS						CHEFE FEMININA SEM CÔNJUGE			CHEFE MASCULINO SEM CÔNJUGE			TOTAL (1)	
	Sem filhos	Casais com filhos e parentes					Total	Chefe feminina sem cônjuge (e/ou filhos e/ou parentes)	Chefe feminina unipessoal	Total	Chefe masculino sem cônjuge (e/ou filhos e/ou parentes)	Chefe masculino unipessoal		Total
		Até 34 anos com filhos e parentes	De 35 a 49 anos com filhos e parentes	De 50 anos e mais com filhos e parentes	Com filhos e parentes (Residual)	Total								
1991														
Brasil	2,3	4,5	5,7	5,3	5,2	5,1	4,7	3,9	1,0	3,4	3,6	1,0	2,4	4,3
R. Metropolitanas	2,2	4,3	5,2	5,0	4,9	4,8	4,4	3,8	1,0	3,2	3,4	1,0	2,4	4,0
Área Urbana	2,3	4,4	5,5	5,2	5,2	5,0	4,6	3,9	1,0	3,3	3,5	1,0	2,4	4,2
Área Rural	2,3	4,9	6,6	5,5	5,8	5,6	5,2	4,1	1,0	3,6	3,7	1,0	2,3	4,8
2000														
Brasil	2,2	4,2	4,9	4,8	4,7	4,6	4,2	3,6	1,0	3,0	3,2	1,0	2,0	3,8
R. Metropolitanas	2,2	4,1	4,6	4,6	4,5	4,4	4,0	3,5	1,0	3,0	3,1	1,0	2,0	3,6
Área Urbana	2,2	4,1	4,7	4,7	4,6	4,5	4,1	3,6	1,0	3,0	3,2	1,0	2,0	3,7
Área Rural	2,3	4,5	5,7	5,1	5,2	5,1	4,6	3,9	1,0	3,3	3,4	1,0	2,0	4,2
2010														
Brasil	2,2	4,0	4,4	4,4	4,3	4,2	3,7	3,3	1,0	2,8	3,1	1,0	1,9	3,3
R. Metropolitanas	2,2	3,9	4,3	4,3	4,2	4,2	3,7	3,3	1,0	2,7	3,1	1,0	2,0	3,2
Área Urbana	2,2	3,9	4,3	4,3	4,2	4,2	3,7	3,3	1,0	2,7	3,1	1,0	1,9	3,3
Área Rural	2,3	4,2	4,9	4,7	4,7	4,6	4,0	3,6	1,0	3,1	3,2	1,0	1,8	3,6

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.

Elaboração: NEPP/UNICAMP.

(1) o total inclui outros tipos de configuração familiar

pantes, 23%, 22,4% e 19,5%, respectivamente aos anos (Gráfico 2). Os arranjos nucleados por casais com idades de 50 anos e mais, com filhos e/ou parentes apresentam-se com proporções semelhantes no período, cerca de 10% dos arranjos domiciliares, merecendo destaque a proporção comparativamente mais elevada na área rural, cerca de 12% dos arranjos domiciliares em 1991 e 2000, e 11% em 2010.

Outra tendência observada é a redução do tamanho da família, que se relaciona tanto à redução do número de filhos tidos, como às novas formas de estruturação da família. A tendência de redução do tamanho da família é apresentada também por outros estudos (Oliveira et alii, 2012).

A tendência observada no Brasil, entre os anos de 1991 e 2010, com relação ao tamanho da família é de redução de 4,3 componentes, para 3,3, e de forma generalizada para as regiões metropolitanas e áreas urbana e rural. Destacam-se os domicílios nas áreas rurais com tamanho um pouco mais elevado, mas também experimentando redução. Em 1991, o tamanho médio do domicílio rural era de 4,8 componentes, e de

3,6 componentes em 2010. Considerando-se o tipo de arranjo domiciliar, nota-se comportamento peculiar do tamanho dos domicílios rurais que são comparativamente maiores que os urbanos e metropolitanos, especialmente aqueles com arranjos familiares nucleados pelo casal com filhos e os arranjos familiares monoparentais femininos (Tabela 1).

As mudanças sociodemográficas apontadas ocorrem concomitantemente à progressiva entrada da mulher no mercado de trabalho e, especialmente da mulher cônjuge. Acredita-se que a redução do número de filhos e do tamanho da família tenham favorecido a articulação das atividades produtivas e atividades reprodutivas, levando-se em consideração que pouco se alterou na sociedade brasileira a divisão sexual do trabalho no domicílio (Ávila; Ferreira, 2014). Outros fatores relacionados às medidas de ampliação do acesso escolar à educação infantil, ainda que incipientes, também têm contribuído para a maior inserção de mulheres com encargos por crianças, dentre estas as chefes monoparentais femininas (Montali, 2014).



2. Homens e mulheres no mercado de trabalho e as mudanças nos arranjos familiares de inserção

No período 1991 a 2010, constata-se a intensificação da entrada da mulher no mercado de trabalho no Brasil. Esse movimento visibiliza-se na década de 1970 e consolida-se a partir da década de 1990. Entre 1991 e 2010, a taxa de participação feminina passa de cerca de um terço das mulheres em idade ativa, para cerca de metade destas. Por outro lado, cresce a presença das mulheres na População Economicamente Ativa (PEA): estas representavam, em 1991, 32,3% da PEA e, complementarmente, os homens representavam 67,7% da PEA. Em 2010, acentua-se a redução dessa distância: a proporção de homens na PEA torna-se 56,5% e a das mulheres 43,5% (Tabela 2).

Deve ser notado que, no período 1991 a 2010, ocorre um movimento inverso na taxa de participação de homens e de mulheres no mercado de trabalho: verificam-se taxas de participação declinantes para os homens em todas as espa-

cialidades aqui analisadas e taxas de participação crescentes para as mulheres nos mesmos espaços. Tomando-se como referência a média do país, a taxa de participação masculina cai de 71% em 1991, para 70% em 2000 e para 67% em 2010, enquanto a taxa de participação feminina passa de 32% em 1991, 44% em 2000 e 49% em 2010 (Tabela 2).

As taxas de participação mais elevadas são apresentadas pelas mulheres residentes nas regiões metropolitanas brasileiras, seguidas pelas mulheres urbanas. Em ambas as áreas, em 2010, cerca de 51% das mulheres encontram-se no mercado de trabalho como ocupadas ou desempregadas, enquanto as residentes nas áreas rurais apresentam taxa de participação de cerca de 40%. Por outro lado, as mulheres residentes nas regiões metropolitanas brasileiras, seguidas pelas mulheres urbanas, compõem cerca de 45% da PEA dessas espacialidades e os homens 55%, enquanto as residentes nas áreas rurais compõem pouco mais que um terço (36%) da respectiva PEA (Tabela 2). Deve-se ter presente que os diferentes contextos oferecem oportunidades específicas para a absorção da força de

Tabela 2

Evolução da força de trabalho por sexo – 1991, 2000 e 2010
Brasil, Regiões Metropolitanas e Áreas Urbana e Rural

SEXO POR ÁREAS	PEA			VARIAÇÃO (%)	TAXA DE PARTICIPAÇÃO			PROPORÇÃO DE MULHERES ENTRE A PEA (%)		
	1991	2000	2010	1991-2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Brasil	48.944.695	76.912.387	94.127.366	92,3	51,2	56,7	57,8	100,0	100,0	100,0
Mulheres	15.808.820	30.752.595	40.990.315	159,3	32,3	44,2	48,9	32,3	40,0	43,5
Homens	33.135.875	46.159.795	53.137.051	60,4	71,1	69,8	67,3	67,7	60,0	56,5
RM	16.762.144	32.614.121	46.964.539	180,2	53,5	58,8	59,7	100,0	100,0	100,0
Mulheres	6.349.208	14.121.414	21.427.262	237,5	38,5	48,5	51,8	37,9	43,3	45,6
Homens	10.412.936	18.492.707	25.537.277	145,2	70,1	70,2	68,4	62,1	56,7	54,4
Urbano	38.236.598	64.026.058	80.997.213	111,8	52,1	57,4	58,6	100,0	100,0	100,0
Mulheres	13.751.509	26.864.682	36.271.961	163,8	35,9	46,2	50,3	36,0	42,0	44,8
Homens	24.485.089	37.161.376	44.725.252	82,7	69,9	69,6	67,8	64,0	58,0	55,2
Rural	10.708.096	12.886.328	13.130.154	22,6	48,1	53,3	53,2	100,0	100,0	100,0
Mulheres	2.057.311	3.887.910	4.718.355	129,3	19,2	34,0	40,4	19,2	30,2	35,9
Homens	8.650.785	8.998.418	8.411.799	-2,8	74,7	70,7	64,8	80,8	69,8	64,1

Fonte: IBGE – Censo Demográfico
Elaboração: NEPP/UNICAMP.
Consideradas pessoas de 10 anos ou mais idade



trabalho feminina e este fato deve ser considerado na análise da participação das mulheres na PEA.

Deve-se ressaltar que, em 1970, se evidencia o crescimento da entrada da mulher no mercado de trabalho e que vinte anos depois, no decorrer da década de 1990, se observa o aumento da entrada das mulheres cônjuges no mercado de trabalho, ou seja, das mulheres em união.

Considerando-se a vigência da divisão sexual do trabalho, que atribui à mulher o cuidado dos filhos e a responsabilidade pelo trabalho doméstico, com poucas mudanças até a atualidade (Ávila; Ferreira, 2014), não se pode deixar de relacionar esse movimento de entrada no mercado de trabalho, com a acentuada redução no número médio de filhos tidos por mulher, como um dos fenômenos que possibilitaram esse acontecimento. Como visto no item anterior, ocorreu um movimento de redução da taxa de fecundidade (Bilac, 2014) do patamar de 6,3 filhos tidos por mulher entre 1940 e 1960 para

5,5 em 1970, ano que coincide com o primeiro momento de crescimento da entrada da mulher no mercado de trabalho, para 4,4 em 1980.

Durante a década de 1980, ocorre outra queda acentuada da fecundidade, que se expressa no número médio de filhos por mulher em 1991, que passa a ser de 2,9 filhos. É interessante notar que, entre 1991 e 2000, o número médio de filhos tidos por mulher já se encontra no patamar de menos de três filhos, caindo para um número médio de 1,9 entre 2000 e 2010.

O aumento da inserção das mulheres cônjuges no mercado de trabalho é detectado na década de 1990 por diversos estudos, entre estes, de Bruschini (2000). A taxa de participação das mulheres cônjuges no Brasil passa de 29%, em 1991, para 45,5%, no ano 2000 (Tabela 3) e se acentua a partir desse ano, chegando a 2010 com 54% das mulheres cônjuges no mercado de trabalho como ocupadas ou desempregadas.

Ainda considerando as taxas para o Brasil, deve

Tabela 3

Taxas de Participação, Ocupação e Desemprego por posição na família – 1991, 2000 e 2010
Brasil

POSIÇÃO NA FAMÍLIA	TAXA DE PARTICIPAÇÃO (%)			TAXA DE OCUPAÇÃO (%)			TAXA DE DESEMPREGO (%)		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Mulheres									
Chefe	48,2	52,7	54,5	44,7	45,9	50,4	7,2	13,0	7,5
Cônjuge	28,9	45,5	54,3	27,4	37,8	50,3	5,2	16,8	7,9
Filhos	30,3	39,6	40,1	27,0	27,0	33,2	10,8	28,8	17,1
Filhos menores de 18 anos	12,0	15,8	12,6	10,0	9,2	9,4	16,4	41,4	25,5
Filhos maiores de 18 anos	56,8	67,7	65,9	51,6	50,5	55,6	9,1	25,3	15,6
Parentes e não parentes	27,7	34,6	38,6	23,9	25,5	33,5	13,6	26,3	13,1
Parentes menores de 18 anos	12,4	16,5	12,6	9,7	9,3	9,3	21,3	43,5	26,4
Parentes maiores de 18 anos	33,1	41,0	46,6	28,9	31,2	41,1	12,5	23,9	11,9
TOTAL	31,4	43,8	48,7	28,9	35,0	43,7	8,1	20,2	10,3
Homens									
Chefe	86,8	83,0	79,7	85,4	77,4	77,4	1,6	6,8	2,9
Cônjuge	79,9	80,9	81,6	74,4	70,6	78,6	6,8	12,7	3,6
Filhos	52,1	53,4	49,3	46,8	41,6	43,4	10,3	22,1	11,9
Filhos menores de 18 anos	27,3	25,5	17,7	23,9	17,9	14,5	12,5	29,7	17,8
Filhos maiores de 18 anos	82,7	80,7	74,8	75,0	64,7	66,7	9,4	19,8	10,8
Parentes e não parentes	63,2	60,1	56,3	57,6	49,1	51,5	8,8	18,2	8,5
Parentes menores de 18 anos	28,9	25,2	17,0	24,6	17,4	13,9	14,8	31,1	18,2
Parentes maiores de 18 anos	71,0	69,7	67,3	67,7	61,2	63,5	4,7	12,2	5,7
TOTAL	71,0	69,7	67,3	67,7	61,2	63,5	4,7	12,2	5,7

Fonte: IBGE – Censo Demográfico

Elaboração: NEPP/UNICAMP.

Excluídos pensionistas, empregados domésticos e parentes de empregados domésticos.

Consideradas pessoas de 10 anos ou mais de idade.



ser ressaltado que as mulheres chefes de domicílio já apresentavam, em 1991, taxa de participação elevada, quando cerca de metade delas participava do mercado de trabalho, em contraposição a um terço das mulheres cônjuges (Tabela 3); e, a partir de 1991, as mulheres chefes apresentam gradual elevação da taxa de participação e de ocupação. Em 2010, coincidem as taxas de participação das chefes femininas e das cônjuges femininas, bem como são iguais as taxas de ocupação de ambas, considerando-se a média brasileira. Após elevado desemprego na década de 1990, explicitado nas taxas de desemprego do Censo Demográfico de 2000, da ordem de 13% para as mulheres chefes e de 17% para as mulheres cônjuges, registra-se no período de recuperação da economia na década seguinte, elevação da taxa de ocupação para ambas, coincidindo em 2010 a taxa de 50% delas ocupadas e redução da taxa de desemprego, também respectivamente para ambas, para 7,9% e 7,5% em 2010 (Tabela 3).

É importante ter presente na análise da força de trabalho feminina, que esta sofre constrangimentos distintos em sua inserção no mercado de trabalho associada aos papéis familiares que desempenha, identificados aqui enquanto aproximação, pela variável posição na família. Este fato expressa-se no perfil diferenciado de mulheres com responsabilidade pela família, que são as mulheres cônjuges e as mulheres chefes de família, comparativamente ao de outras mulheres em diferentes posições na família, especialmente as filhas, tanto nas taxas de participação, ocupação e desemprego, bem como nas possibilidades de se inserirem em trabalhos com vínculos contratuais regulamentados ou precários (Montali, 2014). Assim, as filhas adultas apresentam taxas de participação mais elevadas que as mulheres cônjuges e as mulheres chefes de família, bem como apresentam mais elevadas taxas de ocupação, apesar de terem experimentado elevado desemprego nas duas últimas décadas de recuperação econômica ocorrida a partir de 2004 (Tabela 3).

No caso dos homens, é menor a discrepância das taxas de participação e de ocupação entre aqueles com posição na família como chefe e como filhos adultos, merecendo ressalva o desemprego mais elevado dos últimos (Tabela 3).

Esse padrão de inserção no mercado, segundo posição na família e sexo, repete-se nas espacialidades estudadas, ou seja, nas regiões metropolitanas e áreas urbanas, bem como nas áreas rurais, sendo que nestas últimas existem algumas especificidades (ver Anexos 3, 4 e 5). Nas áreas rurais, ocorre um movimento de crescimento das taxas de participação e de ocupação das mulheres com responsabilidade frente à família e, nesta espacialidade, as taxas das mulheres cônjuges superam as taxas das mulheres chefes de família, no ano de 2010. Nesse ano é também, comparativamente, um pouco menor a taxa de desemprego das mulheres cônjuges (Anexo 5). No caso das filhas adultas, repetem-se as taxas de participação mais elevadas do que as das mulheres cônjuges e das mulheres chefes de família, como observado nas áreas metropolitana e urbana. No ano de 2010, as filhas adultas residentes nas áreas rurais apresentam maior dificuldade de absorção pelo mercado, comparativamente às mulheres cônjuges e chefes femininas, com taxas de ocupação menores e a manutenção de elevadas taxas de desemprego nesse ano e, também, em 2000.

A partir da metade da década de 2000, frente à retomada do crescimento da economia após duas décadas de baixo crescimento, de elevado desemprego e de deterioração do mercado de trabalho sob a reestruturação produtiva, ocorre a tendência de recuperação do emprego e crescimento dos empregos formais. A análise da posição da ocupação no ano 2010 (Tabela 4) reflete esse novo momento do mercado de trabalho, quando no Brasil os empregos com vínculos contratuais e direitos trabalhistas (assalariamento com carteira de trabalho; militares e funcionários públicos) abrangem 50% dos trabalhadores. Esse percentual é mais elevado nas regiões metropolitanas, abrangendo cerca de



Tabela 4

**Distribuição das pessoas segundo sexo e posição na ocupação no trabalho principal – 2010
Brasil, Regiões Metropolitanas e Áreas Urbana e Rural**

POSIÇÃO	BRASIL			REGIÕES METROPOLITANAS			URBANO			RURAL		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Empregados com carteira de trabalho	46,0	44,1	45,2	55,1	52,0	53,8	51,0	48,1	49,7	20,7	14,8	18,6
Militares e funcionários públicos	4,1	7,1	5,4	4,5	6,4	5,4	4,7	7,6	6,0	1,2	3,8	2,1
Empregados sem carteira de trabalho	17,9	23,3	20,2	14,0	20,6	16,9	16,9	23,4	19,7	23,0	22,6	22,9
Conta própria	24,6	17,3	21,5	22,1	16,5	19,7	22,8	16,2	19,9	33,4	25,2	30,5
Empregadores	2,3	1,5	2,0	2,6	1,6	2,1	2,6	1,7	2,2	0,6	0,3	0,5
Não remunerados	1,1	2,5	1,7	0,8	1,8	1,2	0,7	1,8	1,2	3,0	7,9	4,7
Trabalhadores produção consumo próprio	4,0	4,1	4,0	0,9	1,0	1,0	1,2	1,2	1,2	18,1	25,3	20,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

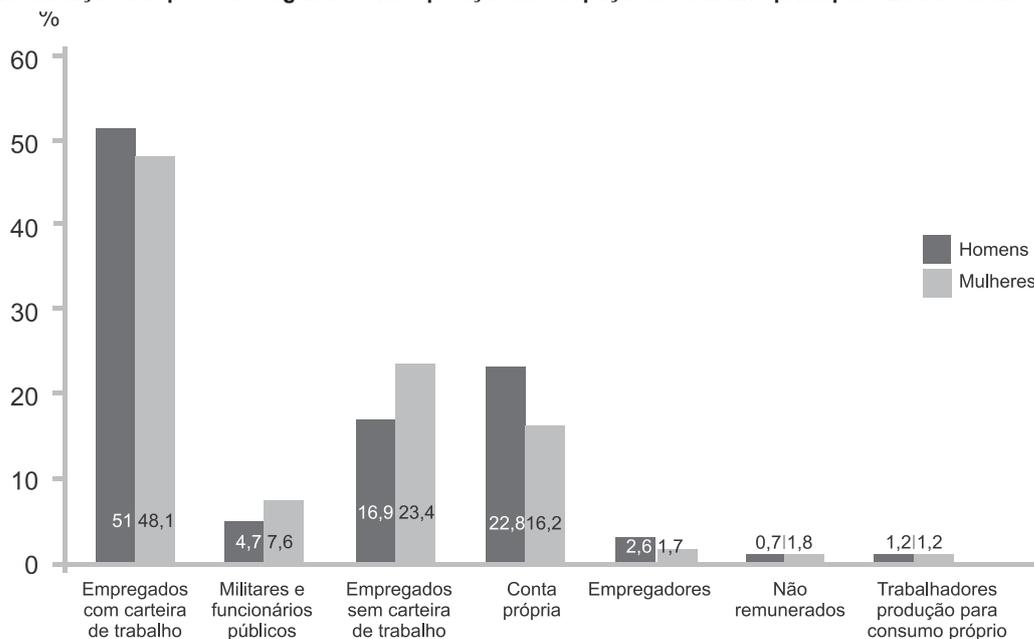
Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010.
Elaboração: NEPP/UNICAMP.

60% dos trabalhadores, e um pouco menos elevado nas áreas urbanas do país. É pequena a presença de empregadores, cerca de 2% dos ocupados no Brasil, como nas áreas metropolitana e urbana. Nessas espacialidades, cerca de 40% dos ocupados inserem-se no mercado de trabalho com formas precárias, tais como autônomos (“conta própria”), na maioria sem acesso aos direitos trabalhistas, e assalariados sem carteira de trabalho assinada. Nas

áreas rurais, são bastante distintas as relações de trabalho e apenas cerca de 20% dos trabalhadores residentes apresentam vínculos contratuais com carteira de trabalho assinada ou vínculo como estatutário. Nestas áreas predominam ocupações de caráter autônomo como “conta própria” (30% dos ocupados residentes no rural); empregados sem carteira de trabalho assinada (23%) e trabalhadores na produção para próprio consumo (21%).

Gráfico 3

Distribuição das pessoas segundo sexo e posição na ocupação no trabalho principal - Brasil Urbano – 2010

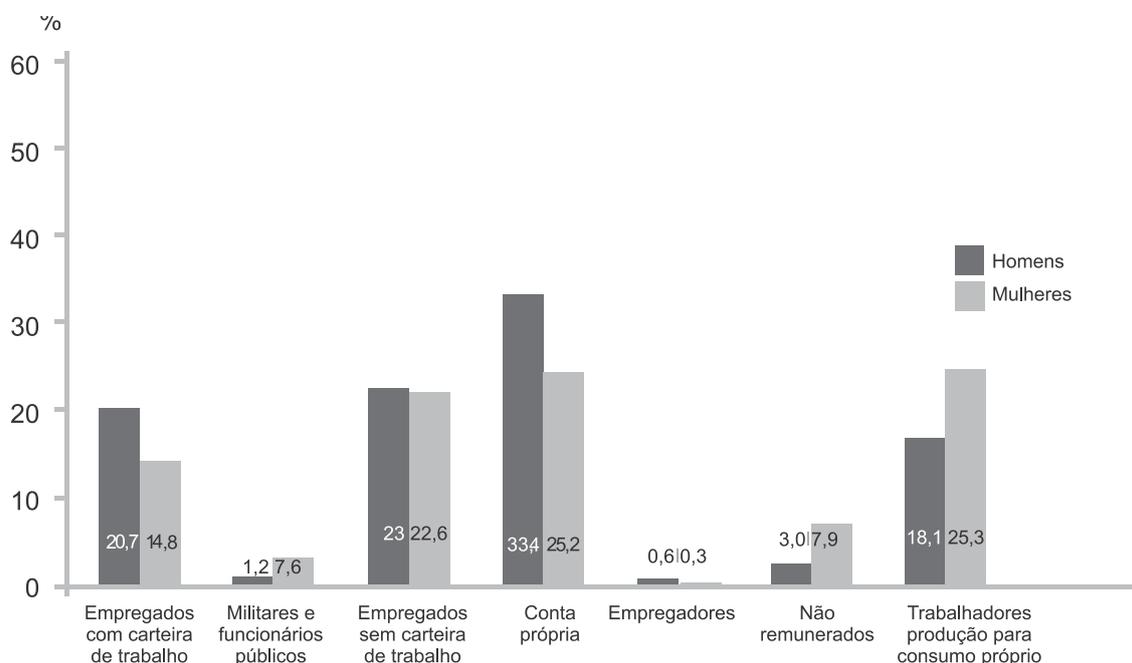


Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010.
Elaboração: NEPP/UNICAMP.



Gráfico 4

Distribuição das pessoas segundo sexo e posição na ocupação no trabalho principal - Brasil Rural – 2010



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010.
Elaboração: NEPP/UNICAMP.

A análise dessas formas de inserção no mercado de trabalho apresenta distinção por sexo e também por posição na família, respondendo a especificidades associadas à divisão sexual do trabalho, bem como à segregação por sexo ainda vigente no mercado de trabalho.

Para explicitar as diferenças por sexo nas diferentes espacialidades e tomando como referência os trabalhadores residentes no urbano (Gráfico 3), vale observar a comparativamente menor proporção de mulheres do que de homens entre os assalariados com carteira de trabalho, maior proporção em ocupações no setor público e menor proporção entre os empregadores. Entre as ocupações precárias, é maior a proporção de mulheres entre os empregados sem carteira de trabalho e os trabalhadores não remunerados, ou seja, que trabalham em ajuda a algum morador do domicílio, e apresentam a mesma proporção de homens

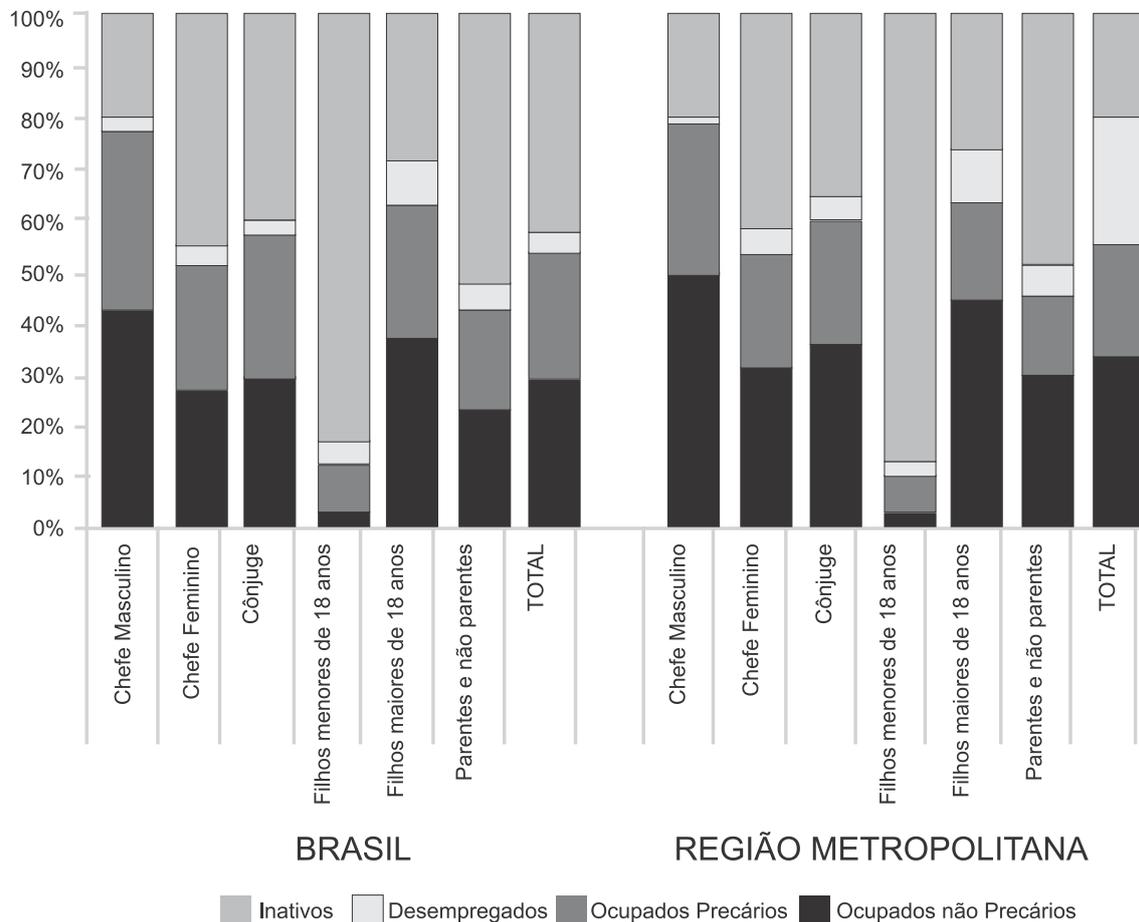
entre os que trabalham para o próprio consumo².

Os trabalhadores residentes nas áreas rurais apresentam perfil de inserção bastante distinto daqueles do urbano, como já referido, com menores proporções de assalariados com carteira de trabalho, bem como em ocupações no setor público e menor proporção entre os empregadores, que configuram as ocupações não precárias. Apresentam, em maior proporção, inserções marcadas pela precariedade: cerca de 23% dos homens e das mulheres são empregados sem carteira assinada; cerca de um terço dos homens é autônomo, bem como um quarto das mulheres; as mulheres predominam na produção para o próprio consumo, que absorve 25% das mulheres e cerca de 18% dos homens (Gráfico 4).

2. Trabalho na plantação, criação de animais ou pesca, somente para a alimentação dos moradores do domicílio (IBGE, 2010).



Gráfico 5

Distribuição da PIA por condição de precariedade na ocupação e posição na família
Brasil e Regiões Metropolitanas - 2010

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010.

Elaboração: NEPP/UNICAMP.

Excluídos pensionistas, empregados domésticos residentes e parentes de empregados domésticos.

A análise das formas de inserção no mercado de trabalho, considerando-se a posição na família, remete às relações hierárquicas de gênero no interior da família e explicitam os constrangimentos diferenciados dos componentes responsáveis pela família associados à tradicional divisão sexual do trabalho. Assim, a análise da PIA, considerando-se o sexo e a posição na família, mostra no caso da média para o Brasil e para as regiões urbana e metropolitana, um perfil de inserção da PIA já evidenciado em estudos de Montali (2014), que identificam na PIA das mulheres cônjuges e das mulheres

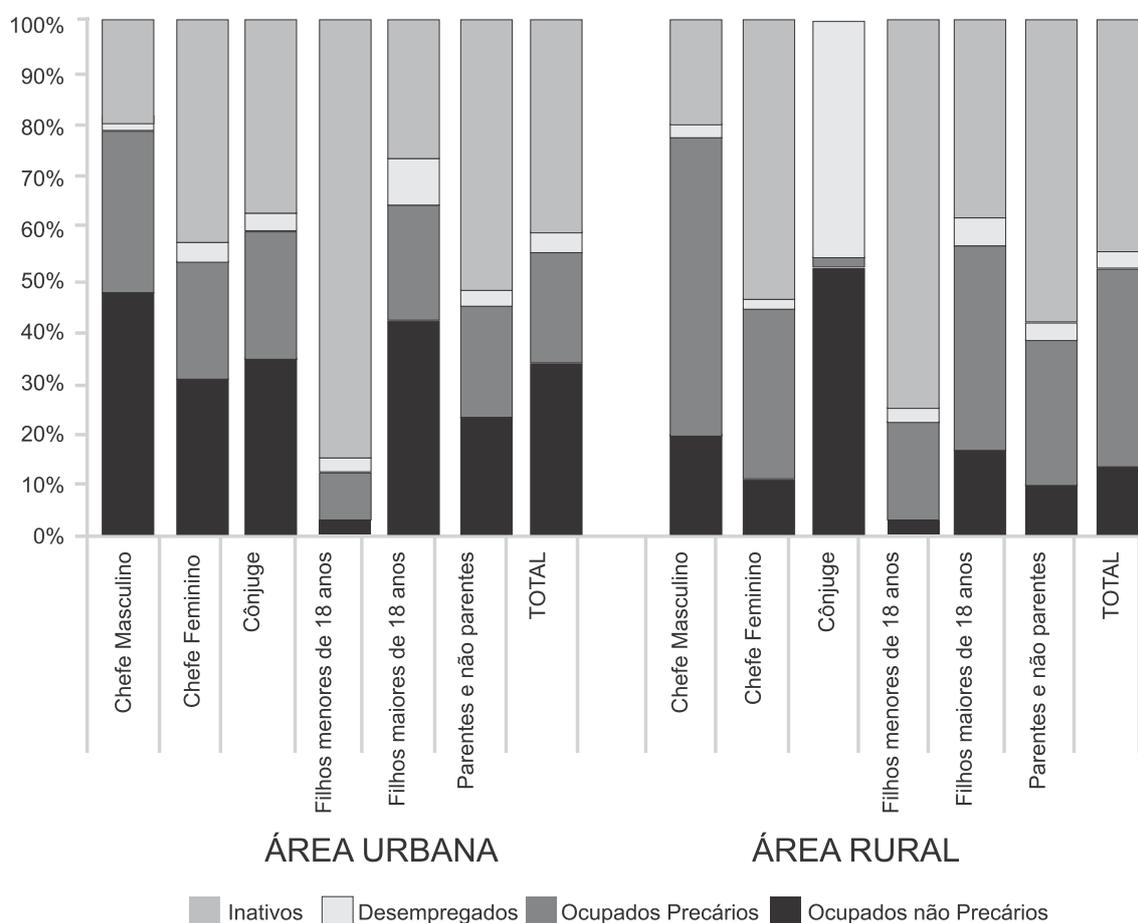
chefes de família maiores constrangimentos na inserção no mercado (Gráficos 5 e 6), comparativamente a outros componentes adultos da família (chefes masculinos e filhos e filhas adultos). Este se reflete nas taxas de participação e de ocupação menos elevadas e nas proporções maiores de ocupadas em atividades precárias.

Este comportamento da PIA das mulheres com responsabilidade na família mostra as dificuldades da articulação das atividades produtivas com as atividades na esfera da reprodução, ou seja, da articulação entre



Gráfico 6

Distribuição da PIA por condição de precariedade na ocupação e posição na família
Brasil Urbano e Rural – 2010



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010.

Elaboração: NEPP/UNICAMP.

Excluídos pensionistas, empregados domésticos residentes e parentes de empregados domésticos.

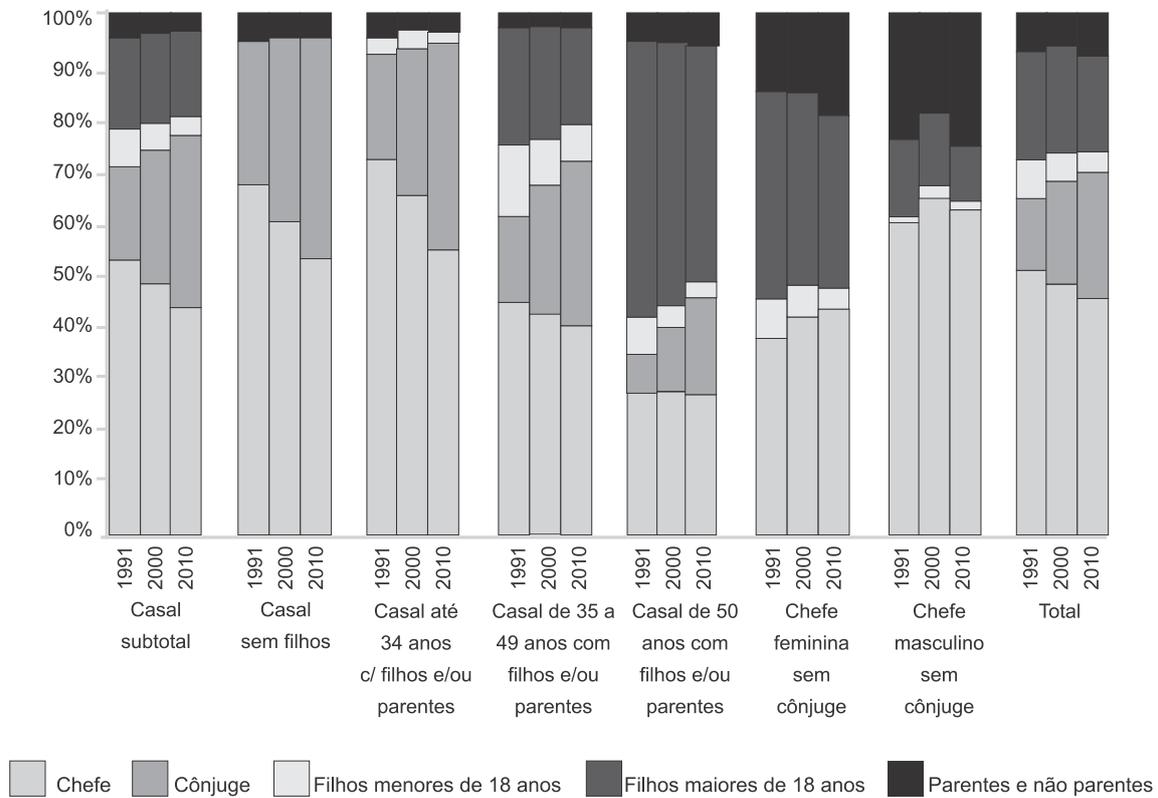
as atividades domésticas, que permanecem atribuídas a estas, e as atividades no mercado de trabalho.

Na área rural, mesmo considerando-se as especificidades das formas de vinculação ao mercado, são mantidas para as mulheres cônjuges e chefes femininas as características da PIA observadas para as áreas urbana e metropolitana, ou seja, comparativamente menores taxas de participação e de ocupação, bem como maiores proporções de ocupadas em atividades caracterizadas como precárias (Gráfico 6).

Pesquisa de Montali sobre as mudanças na relação família-trabalho de 1985 a 2003, com base nos levantamentos realizados pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) da Fundação SEADE e DIEESE, identificou que, a partir da década de 1990, ocorrem rearranjos familiares de inserção no mercado de trabalho (Montali, 2003). A etapa inicial desse fenômeno, estudado a partir da realidade da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), ocorre no momento da reestruturação produtiva, no contexto de profundas mudanças no mercado de trabalho, especialmente nas áreas metropolitanas mais industrializadas. Durante a reestruturação



Gráfico 7

**Distribuição dos ocupados de 10 anos ou mais segundo posição na família e arranjo domiciliar
Brasil – 1991, 2000 e 2010**

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000 e 2010.

Elaboração: NEPP/UNICAMP.

Excluídos pensionistas, empregados domésticos e parentes de empregados domésticos.

produtiva e organizacional que acontece desde o final da década de 1980 e se aprofunda nos anos 90, quando se transforma a organização da produção industrial e posteriormente do setor de serviços, foram eliminados muitos empregos assalariados com carteira assinada. Estes postos de trabalho eliminados eram predominantemente industriais e ocupados em sua maioria por homens. O impacto dessa mudança no mercado de trabalho fez-se sentir nas famílias através do desemprego dos componentes masculinos, tanto aqueles indicados pela posição na família como chefes, como os filhos masculinos adultos. As mulheres ocupadas, que já se inseriam predominantemente no setor de serviços e, também, em grande parte através de vínculos precários, foram menos impactadas

pela eliminação desses postos de trabalho. Estas também tiveram outras possibilidades de inserção pela terceirização de parte das atividades antes desenvolvidas pela indústria, além de outras inserções com características de precariedade, como o trabalho doméstico remunerado.

O padrão de inserção dos componentes da família transforma-se e, nas famílias nucleadas pelo casal, muda, gradualmente, de um padrão de provisão da família baseado no trabalho do elemento masculino do casal, predominantemente, e dos filhos masculinos e femininos adultos – que eram principalmente assalariados –, para um maior partilhamento dessa responsabilidade com maior participação da mulher cônjuge e com a redução da participação dos



filhos adultos. No caso das famílias monoparentais femininas, ocorre a redução da participação dos filhos entre os ocupados da família e na provisão, recaindo sobre a chefe feminina maiores encargos (Montali, 2003). Outro impacto da reestruturação produtiva nas famílias foi a queda no rendimento per capita e o empobrecimento, constatado até o ano de 2003. A queda da renda per capita domiciliar ocorreu, nesse período, porque os componentes familiares, antes assalariados, não conseguiram inserção no mercado, que propiciasse remuneração equivalente e porque a maior inserção em atividades produtivas das mulheres cônjuges, e, também, no caso das chefes monoparentais femininas, dadas as características de maior precariedade, atenuou mas não evitou o empobrecimento nos domicílios da Região Metropolitana de São Paulo (Montali, 2009). A partir da retomada do crescimento da economia e da recuperação do emprego, constatou-se a manutenção e ampliação do padrão de arranjo de inserção familiar no mercado de trabalho com maior participação do casal e, da chefe feminina, no caso das famílias monoparentais femininas e menor participação dos filhos.

Em estudos posteriores, foi possível constatar durante os anos 2000, no conjunto de regiões metropolitanas brasileiras, padrões familiares de inserção no mercado semelhantes ao identificado na RMSP, com algumas especificidades segundo grandes regiões (Norte, Nordeste, Sudeste e Sul) (Montali e Tavares, 2009).

O presente estudo, com base nos dados censitários, possibilita identificar essa mudança nos arranjos familiares de inserção através da análise da composição dos ocupados da família. Tomando como referência o Brasil (Gráfico 7), é evidente nos arranjos nucleados pelo casal o aumento da participação da mulher cônjuge de 17% em 1991, para 25% em 2000 e para 33% dos ocupados em 2010. O componente masculino do casal, o chefe masculino, passa de 52% dos ocupados da família em 1991, para 48% em 2000 e 43% em 2010; os filhos, somando-se os filhos menores e maiores, são 26% em 1991,

23% em 2000 e 19% em 2010. Os parentes e agregados nesse arranjo domiciliar ficam em torno de 4% dos ocupados em todo o período.

A análise da tipologia de arranjos nucleados pelo casal – tanto os casais sem filhos, como os arranjos associados ao ciclo de vida familiar – evidencia essas mesmas tendências de arranjo na inserção no mercado dos componentes familiares, guardadas as suas especificidades, mesmo nos arranjos na etapa de constituição e de consolidação da família nos quais é maior a proporção de crianças e adolescentes entre os componentes. Em todos eles observa-se, no período analisado, o aumento da participação da mulher cônjuge entre os ocupados da família e a redução proporcional da participação do componente masculino do casal, que permanece como a mais elevada, e também a redução na proporção dos filhos (Gráfico 7). No arranjo domiciliar com chefia feminina, como referido, a participação da mulher chefe cresce e dos filhos decresce, merecendo destaque, neste arranjo, a presença relevante de outros parentes entre os ocupados do domicílio.

Observam-se características e tendências bastante semelhantes nos arranjos familiares de inserção das áreas metropolitana e urbana e especificidades da área rural (Anexos 6,7 e 8). Na área rural, está presente a ampliação da participação da mulher entre os ocupados nos arranjos nucleados pelo casal. Nesse tipo de arranjo domiciliar, há também a redução complementar da participação do chefe masculino e dos filhos entre os ocupados do domicílio, no entanto chama a atenção a maior proporção de filhos entre estes e também a maior presença de filhos com menos de 18 anos (Anexo 8). No caso das famílias de chefes femininas sem cônjuge, sua participação entre os ocupados da família, que já era três vezes mais elevada que a das mulheres cônjuges na área rural, cresce comparativamente menos no período. Enquanto as mulheres cônjuges passam de 10% dos ocupados em 1991, para sucessivamente 20% e 30% nos momentos subsequentes, as chefes femininas passam de 30% dos ocupados da famí-



lia em 1991, para 32% em 2000 e para 37% em 2010. Nos arranjos das chefes femininas sem cônjuge no rural brasileiro observa-se, complementarmente, queda na participação dos filhos e a tendência de crescimento da presença de parentes entre os ocupados da família no período 1991-2010.

3. Considerações finais

Nesta análise da evolução do trabalho feminino nas últimas décadas, foi dado destaque à mudança no perfil da mulher que participa do mercado de trabalho, pela significativa participação das mulheres cônjuges entre 1991 e 2010. Este movimento é relevante, porque em 1991 apenas 29% das mulheres cônjuges participavam do mercado de trabalho enquanto ocupadas ou desempregadas e, em 2010, 54% delas participavam. As mulheres chefes de família já apresentavam participação relevante em 1991, quando pouco menos que a metade delas se apresentava como disponíveis ao mercado de trabalho (48%) e mais que a metade, no caso das mulheres em posição de filhas nos domicílios (57%). Em 2010, as taxas de participação e de ocupação das mulheres chefes e das mulheres cônjuges coincidem, sendo as taxas de participação da ordem de 54% e as de ocupação da ordem de 50%; também se aproximam as taxas de desemprego, cerca 7,5%. A participação das filhas em 2010 é mais elevada (66%), bem como a taxa de ocupação destas, porém é mais elevada a taxa de desemprego, da ordem de 16%.

Destacou-se, nesta análise da evolução da inserção da mulher no mercado de trabalho, que é distinta a inserção destas ao se considerar a posição na família. Essa abordagem possibilita uma aproximação dos constrangimentos e possibilidades distintas sofridas pelas mulheres com encargo pelo cuidado de filhos e do domicílio, considerando-se as pequenas mudanças ocorridas na divisão sexual do trabalho no domicílio. Nessas circunstâncias, há o acúmulo de atividades produtivas e reprodutivas, indu-

zindo a que estas busquem atividades que lhes possibilitem a articulação entre casa e trabalho, com prejuízo da qualidade do emprego e da remuneração obtida.

A abordagem do trabalho tendo por referência a família possibilitou a análise dos arranjos familiares de inserção, na qual fica evidente a evolução da participação dos componentes familiares entre os ocupados da família e o destaque do crescimento da participação da mulher cônjuge nos distintos arranjos familiares.

Para finalizar, deve-se destacar que a maior inserção da mulher no mercado de trabalho e, também, a mudança no perfil destas associa-se a mudanças sociodemográficas e a mudanças no papel da mulher na sociedade, impulsionado pelo movimento feminista e pela autonomia conquistada pelas mulheres. Deve ser lembrado ainda que, no Brasil, e também na experiência de outros países, joga papel importante nessa evolução positiva as mudanças ocorridas no mercado de trabalho, com suas especificidades nos momentos de baixo crescimento e de expansão, as políticas que facilitam a articulação das atividades produtivas e reprodutivas, abrangendo ambos os sexos, bem como políticas de apoio no cuidado de crianças, tais como o acesso a creches e a educação em tempo integral.



Referências bibliográficas

Ávila, M. B.; Ferreira, V. *Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres*. Recife: SOS Corpo, Instituto Patrícia Galvão, ONU Mulheres. 2014.

Barrère-Maurisson, M. A. *La division familiale du travail: La vie en double*. Paris, Presses Universitaires de France, 1992.

Bilac, E. Trabalho e Família: articulações possíveis. *Tempo Social*. São Paulo: Universidade de São Paulo, V.26, nº 1, 2014.

Bruschini, C. Gênero e trabalho no Brasil: Novas conquistas ou persistência da discriminação? In: Rocha, M.I. Baltar (org.). *Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios*. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP, CEDEPLAR/UFMG. São Paulo: Editora 34, 2000.

IBGE. Descrição das variáveis da amostra do Censo Demográfico 2010. Disponível em <www.ibge.gov.br>.

Kergoat, D. Percurso pessoal e problemática da divisão sexual do trabalho. In: Hirata, H. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. Division sexuelle du travail et rapports sociaux de sexe. In: Hirata, H.; Laborie, F.; Le Doaré, H.; Senotier, D. (eds). *Dictionnaire critique du féminisme*. Paris. PUF. 2000.

Montali, L. Família, trabalho e desigualdades no início do século XXI. In: Anais 38º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu/MG, 2014.

_____. Os impactos da precarização do trabalho e do desemprego sobre as famílias. In: Lúcia M. M. Bógus; Suzana Pasternak. (Org.). *Como Anda São Paulo*. Brasília: Letra Capital Editora: Observatório das Metrópoles, 2009, v. 3, p. 175-202.

_____. Arranjos familiares e arranjos de inserção no mercado de trabalho nos anos

90. In: UNICEF – UDELAR. *Nuevas Formas de Familia: perspectivas nacionales e internacionales*. Montevideo: UNICEF, Universidad de la Republica. Montevideo, Uruguay: Tradinco, 2003.

MONTALI, L.; TAVARES, M. Famílias metropolitanas e arranjos familiares de inserção sob a precarização do trabalho. In: MENEZES, José E. X. de; CASTRO, Mary Garcia.. (Org.). *Família, população, sexo e poder - Entre saberes e polêmicas* (Coleção Família na Sociedade Contemporânea). nº1 ed. São Paulo: Paulinas, 2009, v. nº1, p. 175-221.

Oliveira, Z.; Miranda-Ribeiro, P; Longo, L. Uma exploração inicial das informações sobre família no Censo Demográfico de 2010. In: *Anais do XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP)*. Águas de Lindóia, 2012.

Sakamoto, C. S. *Mudanças na composição das famílias e impactos na distribuição de rendimentos: um comparativo entre áreas rurais e urbanas no Brasil*. 2014. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

Sorj, B.; Fontes, A.; Machado, D. C. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, v.37, n.132, p. 573-594, 2007.



Anexos

Anexo 1

Estrutura etária das pessoas por sexo – 1991, 2000 e 2010 Brasil, Regiões Metropolitanas e Áreas Urbana e Rural

	0 a 14			15 a 59			60 ou mais		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
1991									
Brasil	36,2	34,2	35,2	57	58	57,5	6,8	7,8	7,3
Regiões Metropolitanas	32,5	29,5	31	61,2	62,3	61,8	6,3	8,2	7,3
Área Urbana	34,5	31,8	33,1	58,8	60	59,4	6,7	8,1	7,5
Área Rural	41	42	41,5	52	51,4	51,7	7	6,6	6,8
2000									
Brasil	30,6	28,7	29,6	61,6	62	61,8	7,8	9,3	8,5
Regiões Metropolitanas	28,5	25,8	27,1	64,4	65	64,7	7,1	9,2	8,2
Área Urbana	29,6	27,1	28,3	62,8	63,4	63,1	7,6	9,4	8,6
Área Rural	34,6	36	35,3	56,9	55,6	56,3	8,5	8,3	8,4
2010									
Brasil	22,2	23,2	24,2	65,1	65,1	65,1	9,8	11,7	10,7
Regiões Metropolitanas	24,1	21,5	22,7	66,9	66,9	66,9	9	11,6	10,4
Área Urbana	24,5	22,2	23,3	65,9	66	66	9,5	11,8	10,7
Área Rural	28,3	29,4	28,8	60,7	59,7	60,2	11,1	10,9	11

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios IBGE
Elaboração: NEPP/UNICAMP.

Anexo 2

Distribuição dos domicílios por tipologia de arranjo domiciliar (%) – 1991, 2000 e 2010 Brasil, Regiões Metropolitanas e Áreas Urbana e Rural

ANO / ÁREA	CASAIS						CHEFE FEMININA SEM CÔNJUGE			CHEFE MASCULINO SEM CÔNJUGE		TOTAL	
	Casais sem filhos	Casais com filhos e parentes					Total	Chefe feminina sem cônjuge (e/ou filhos e/ou parentes)	Chefe feminina unipessoal	Total	Chefe masculino sem cônjuge (e/ou filhos e/ou parentes)		Chefe masculino unipessoal
		Até 34 anos com filhos e parentes	De 35 a 49 anos com filhos e parentes	De 50 anos e mais com filhos e parentes	Com filhos e parentes (Residual)	Total							
1991													
Brasil	12,0	28,7	22,9	10,3	3,7	65,7	76,5	13,8	3,2	17,0	3,6	2,9	6,5
R. Metropolitanas	11,3	26,0	22,8	9,3	3,6	61,8	73,1	15,9	3,9	19,8	4,1	3,0	7,1
Área Urbana	10,9	27,8	22,8	9,9	3,6	64,1	75,0	15,1	3,5	18,6	3,6	2,8	6,4
Área Rural	10,7	32,0	23,1	12,0	4,1	71,2	81,9	9,1	2,1	11,2	3,4	3,5	6,9
2000													
Brasil	12,5	23,6	21,6	9,8	3,7	58,7	71,1	16,5	4,4	20,9	3,5	4,4	7,9
R. Metropolitanas	12,4	21,7	21,5	8,9	3,6	55,7	68,1	18,6	5,1	23,7	3,7	4,5	8,2
Área Urbana	12,4	22,6	21,4	9,3	3,6	56,9	69,3	18,0	4,9	22,9	3,5	4,3	7,8
Área Rural	12,8	28,8	22,4	12,6	3,9	67,6	80,4	8,9	2,1	11,0	3,5	5,1	8,6
2010													
Brasil	16,1	17,9	18,5	9,6	3,4	49,4	65,5	17,9	5,9	23,7	4,7	6,1	10,8
R. Metropolitanas	15,5	16,2	18,5	9,5	3,2	47,4	62,9	19,8	6,5	26,2	5,0	6,0	11,0
Área Urbana	15,8	17,0	18,4	9,4	3,3	48,0	63,8	18,6	6,4	25,5	4,8	5,9	10,6
Área Rural	17,7	23,2	19,5	11,2	3,5	57,5	72,2	11,2	2,8	13,0	4,4	7,3	11,8

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 1991, 2000, 2010
(1) O total inclui outros tipos de configuração familiar



Anexo 3

Taxas de Participação, Ocupação e Desemprego por posição na família – 1991, 2000 e 2010
Regiões Metropolitanas

POSIÇÃO NA FAMÍLIA	TAXA DE PARTICIPAÇÃO (%)			TAXA DE OCUPAÇÃO (%)			TAXA DE DESEMPREGO (%)			
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	
Mulheres	Chefe	55,1	57,5	57,3	50,7	49,5	52,8	8,0	13,9	7,8
	Cônjuge	33,9	48,3	56,8	31,4	38,5	51,9	7,1	20,5	8,7
	Filhos	35,9	44,4	43,3	31,2	30,3	35,6	13,0	31,8	17,8
	Filhos menores de 18 anos	10,5	14,4	11,2	7,9	6,6	7,5	24,7	54,13	32,8
	Filhos maiores de 18 anos	65,4	73,8	69,6	58,3	53,5	58,6	10,8	27,6	15,8
	Parentes e não parentes	34,4	39,8	42,6	29,4	28,9	37,0	14,9	27,4	13,1
	Parentes menores de 18 anos	13,3	16,6	12,0	9,9	8,3	8,2	25,9	50,4	31,7
	Parentes maiores de 18 anos	40,1	46,2	50,4	34,5	34,6	44,3	14,0	25,2	12,0
	TOTAL	37,4	48,1	51,6	33,7	37,1	46,0	9,9	22,7	10,9
Homens	Chefe	85,3	83,0	80,6	83,1	75,8	78,0	2,5	8,7	2,5
	Cônjuge	80,6	82,4	83,2	74,5	71,1	80,2	7,6	13,7	3,0
	Filhos	49,1	52,7	49,7	42,3	37,9	42,9	13,9	28,2	6,7
	Filhos menores de 18 anos	18,7	19,4	14,2	14,9	10,5	10,6	20,1	45,8	3,6
	Filhos maiores de 18 anos	81,4	82,0	76,3	71,4	61,9	67,2	12,4	24,6	9,1
	Parentes e não parentes	66,6	63,6	59,1	59,5	50,0	53,7	10,7	21,3	5,3
	Parentes menores de 18 anos	24,9	21,3	14,8	19,7	12,3	11,3	20,9	42,1	3,5
	Parentes maiores de 18 anos	79,7	76,7	72,5	72,0	61,7	66,6	9,7	19,5	5,9
	TOTAL	70,1	70,1	68,4	65,7	59,4	64,1	6,2	15,3	4,3

Fonte: IBGE – Censo Demográfico

Elaboração: NEPP/UNICAMP.

Excluídos pensionistas, empregados domésticos e parentes de empregados domésticos. Consideradas pessoas de 10 anos ou mais idade.

Anexo 4

Taxas de Participação, Ocupação e Desemprego por posição na família – 1991, 2000 e 2010
Área Urbana

POSIÇÃO NA FAMÍLIA	TAXA DE PARTICIPAÇÃO (%)			TAXA DE OCUPAÇÃO (%)			TAXA DE DESEMPREGO (%)			
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	
Mulheres	Chefe	49,9	53,9	55,5	46,2	46,7	51,2	7,3	13,4	7,7
	Cônjuge	32,4	47,2	55,6	30,7	38,4	50,9	5,5	18,5	8,6
	Filhos	34,1	42,2	41,9	30,4	29,5	34,5	10,8	30,2	17,7
	Filhos menores de 18 anos	12,3	15,6	11,7	10,2	8,2	8,1	17,1	47,5	30,7
	Filhos maiores de 18 anos	62,3	70,7	68,2	56,6	52,3	57,5	9,2	26,1	15,7
	Parentes e não parentes	30,0	36,4	39,9	26,0	26,5	34,6	13,5	27,2	13,4
	Parentes menores de 18 anos	13,2	17,1	12,3	10,4	9,2	8,7	21,2	46,4	29,5
	Parentes maiores de 18 anos	35,6	42,9	48,0	31,2	32,3	42,1	12,5	24,7	12,2
	TOTAL	34,9	45,8	50,1	32,0	36,0	44,7	8,2	21,4	10,8
Homens	Chefe	85,3	82,6	80,1	83,7	76,2	77,6	2,0	7,7	3,1
	Cônjuge	79,5	81,2	82,3	73,8	70,7	79,3	7,2	13,0	3,7
	Filhos	50,2	52,8	49,5	44,2	39,2	43,0	12,0	25,8	13,1
	Filhos menores de 18 anos	22,7	22,6	15,3	19,2	13,8	11,8	15,6	39,1	23,2
	Filhos maiores de 18 anos	81,7	81,1	75,9	72,9	63,0	67,2	10,8	22,4	11,5
	Parentes e não parentes	63,2	60,7	57,2	57,1	48,5	52,1	9,7	20,1	9,0
	Parentes menores de 18 anos	26,2	23,6	15,5	21,7	14,7	12,1	17,2	37,7	22,1
	Parentes maiores de 18 anos	77,4	74,5	71,2	70,6	61,1	65,5	8,7	18,0	8,0
	TOTAL	69,8	69,5	67,8	66,1	59,8	63,6	5,4	14,0	6,1

Fonte: IBGE – Censo Demográfico.

Elaboração: NEPP/UNICAMP.

Excluídos pensionistas, empregados domésticos e parentes de empregados domésticos. Consideradas pessoas de 10 anos ou mais idade.



Anexo 5

**Taxas de Participação, Ocupação e Desemprego por posição na família – 1991, 2000 e 2010
Área Rural.**

POSIÇÃO NA FAMÍLIA	TAXA DE PARTICIPAÇÃO (%)			TAXA DE OCUPAÇÃO (%)			TAXA DE DESEMPREGO (%)		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Mulheres									
Chefe	37,0	40,4	44,7	34,7	37,1	42,3	6,2	8,1	5,4
Cônjuge	17,8	38,4	48,1	17,2	35,2	46,0	3,8	8,3	4,2
Filhos	18,2	27,9	29,5	16,2	22,5	25,8	10,9	19,2	12,5
Filhos menores de 18 anos	11,1	16,3	16,8	9,5	13,1	15,2	14,2	19,6	9,6
Filhos maiores de 18 anos	33,2	48,8	48,4	30,4	39,6	41,6	8,5	18,9	14,1
Parentes e não parentes	14,8	22,7	28,0	12,6	19,0	25,3	14,6	16,3	9,6
Parentes menores de 18 anos	8,6	13,3	14,5	6,7	10,1	12,9	21,8	23,7	11,4
Parentes maiores de 18 anos	17,7	27,2	34,4	15,4	23,2	31,2	12,9	14,7	9,3
TOTAL	19,0	33,9	40,3	17,7	30,0	37,7	7,2	11,7	6,6
Homens									
Chefe	91,3	84,8	78,2	90,7	82,3	76,6	0,6	2,9	2,0
Cônjuge	82,7	74,8	75,7	79,5	68,6	73,4	4,0	8,2	3,0
Filhos	57,4	55,4	48,2	53,8	50,6	45,2	6,3	8,6	6,1
Filhos menores de 18 anos	38,3	35,3	27,3	35,3	32,1	25,8	8,1	9,0	5,5
Filhos maiores de 18 anos	85,7	78,8	68,7	81,4	72,3	64,3	5,1	8,3	6,4
Parentes e não parentes	63,0	56,9	50,1	59,6	52,4	47,5	5,4	7,8	5,3
Parentes menores de 18 anos	37,5	32,0	24,5	34,0	28,6	23,1	9,4	10,9	6,0
Parentes maiores de 18 anos	76,1	69,1	61,8	72,8	64,1	58,7	4,4	7,2	5,1
TOTAL	74,7	70,7	64,8	72,6	67,1	62,5	2,8	5,0	3,4

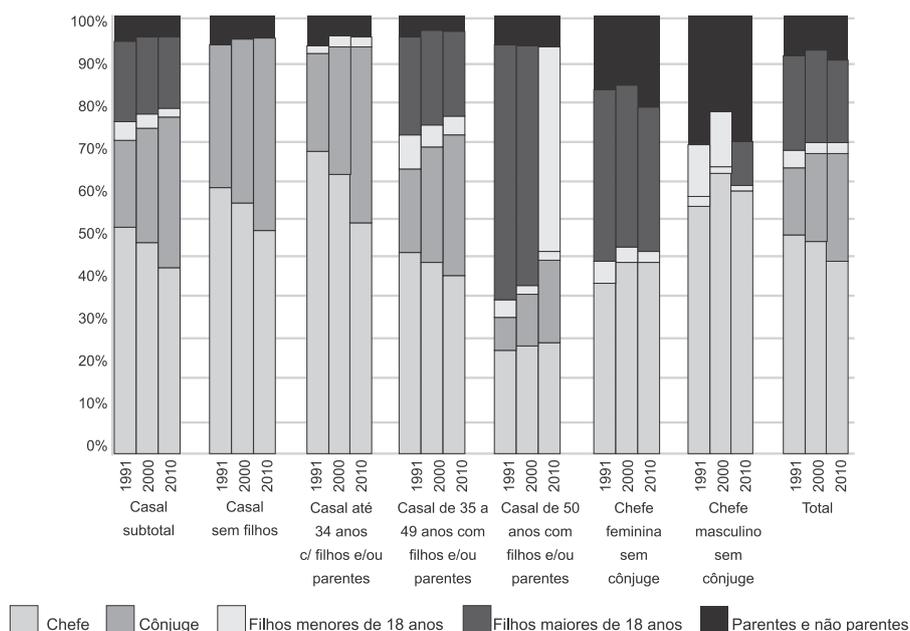
Fonte: IBGE – Censo Demográfico.

Elaboração: NEPP/UNICAMP.

Excluídos pensionistas, empregados domésticos e parentes de empregados domésticos. Consideradas pessoas de 10 anos ou mais idade.

Anexo 6

**Distribuição dos ocupados de 10 anos ou mais segundo posição na família e arranjo domiciliar
Regiões Metropolitanas Brasileiras – 1991, 2000 e 2010**



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.

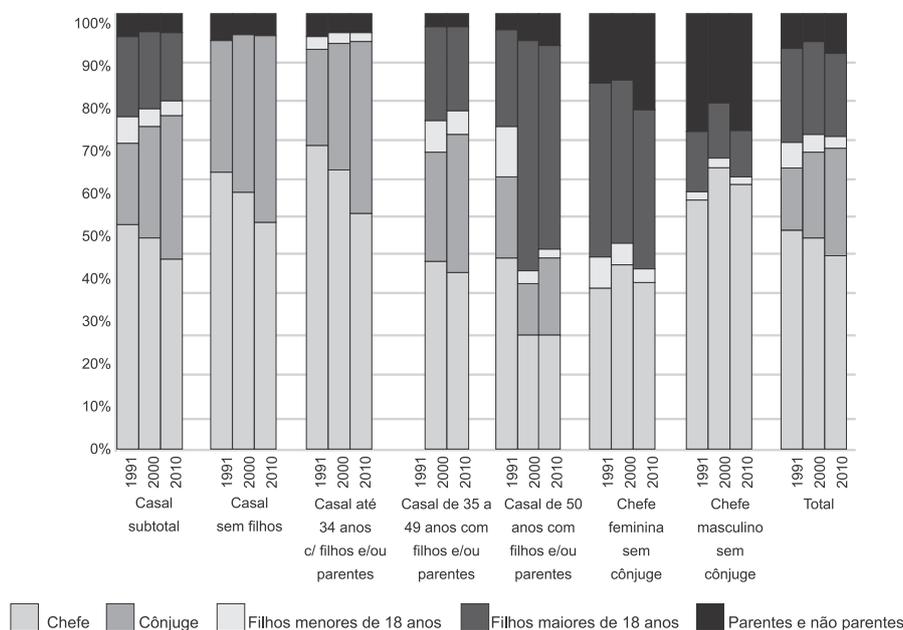
Elaboração: NEPP/UNICAMP.

Excluídos pensionistas, empregados domésticos e parentes de empregados domésticos.



Anexo 7

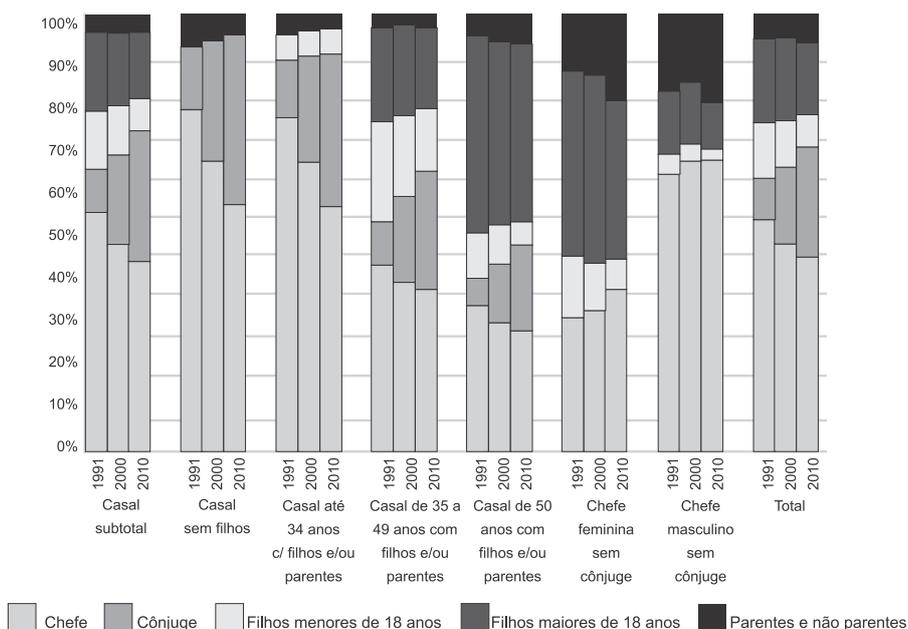
Distribuição dos ocupados de 10 anos ou mais segundo posição na família e arranjo domiciliar
Brasil Urbano – 1991, 2000 e 2010



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.
Elaboração: NEPP/UNICAMP.
Excluídos pensionistas, empregados domésticos e parentes de empregados domésticos.

Anexo 8

Distribuição dos ocupados de 10 anos ou mais segundo posição na família e arranjo domiciliar
Brasil Rural – 1991, 2000 e 2010



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.
Elaboração: NEPP/UNICAMP.
Excluídos pensionistas, empregados domésticos e parentes de empregados domésticos.



Autora

Lilia Montali é Doutora em Sociologia pela FFLCH-USP e Pós-Doutora pela Unicamp. É pesquisadora no Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (COCEM/Reitoria) da Unicamp. Ela desenvolveu um grande repertório de pesquisas sobre os temas da desigualdade social e pobreza, divisão sexual do trabalho, mudanças sociodemográficas e políticas sociais, entre outros.

Este estudo foi elaborado no âmbito do Projeto *“Fortalecimento político das mulheres para garantir e ampliar direitos, promover a igualdade no mundo do trabalho e a autonomia econômica”*, referente ao Convênio 788202/2013 com a SPM-PR. O projeto conta com a parceria da SNMT/CUT e da FES.

Responsável

Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil
Av. Paulista, 2011 - 13º andar, conj. 1313
01311 -931 | São Paulo | SP | São Paulo
www.fes.org.br

Friedrich Ebert Stiftung (FES)

A Fundação Friedrich Ebert é uma instituição alemã sem fins lucrativos, fundada em 1925. Leva o nome de Friedrich Ebert, primeiro presidente democraticamente eleito da Alemanha, e está comprometida com o ideário da Democracia Social. Realiza atividades na Alemanha e no exterior, através de programas de formação política e de cooperação internacional. A FES conta com 18 escritórios na América Latina e organiza atividades em Cuba, Haiti e Paraguai, implementadas pelos escritórios dos países vizinhos.

As opiniões expressas nesta publicação não necessariamente refletem as da Fundação Friedrich Ebert.

O uso comercial dos meios publicados pela Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) não é permitido sem a autorização por escrito da FES

ISBN 978-85-99138-53-3

